



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO UFPE

Centro Acadêmico do Agreste CAA Núcleo de Formação Docente

GESTÃO DEMOCRÁTICA E EVASÃO ESCOLAR

SILVA, Ana Márcia da
COSTA, Jullian Mayara Gonçalo
SILVA, Ligilvânia Barbosa da
SARTORE, Anna Rita (orientadora)¹

RESUMO

O presente artigo aborda os limites e possibilidades da gestão democrática escolar frente ao desafio de intervir, no histórico problema, da evasão das escolas públicas brasileiras. Tendo como referência os estudos realizados em uma escola municipal na cidade de Caruaru, a partir da análise de documentos como o PPE (Projeto Pedagógico Escolar), o regimento escolar e, entrevistas padronizadas com os que compõem a equipe gestora. O objetivo geral foi Investigar a eficácia do projeto de intervenção aplicado pela gestão, na tentativa de diminuir a evasão escolar.

Palavras - chave: **Evasão escolar. Gestão democrática e evasão. Projeto de intervenção**

INTRODUÇÃO

¹ Artigo apresentado como conclusão da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógicas 2 (Gestão Escolar), dos alunos do 3º período do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste UFPE.

A evasão escolar tem sido um sério problema a ser enfrentado pela gestão democrática, é um tema historicamente presente nos debates da educação e políticas públicas brasileiras. Frente a essa realidade o presente artigo trás a investigação do que a escola faz através de uma gestão democrática para amenizar essa situação. Vale ressaltar que o art.12 da LDBN em relação a educação, no tocante a evasão orienta as medidas cabíveis a serem tomadas frente as constantes faltas do aluno (LDBN-9.394/96 p. 12)

VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.(Inciso incluído pela Lei nº 10.287, de 20.9.2001)

As discussões na sociedade brasileira em relação à educação escolar têm tido como ponto central o papel não só da escola, mas também da família quanto a vida escolar da criança, determinando que é dever da família e do Estado orientar a criança em seu percurso sócio-educacional. (LDBN-9.394/96:2).

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Percebe-se nas políticas educacionais, que a descentralização e democratização da escola pública tem sido uma de suas principais bandeiras hasteada no discurso. A educação e a gestão democrática escolar são vistas como um caminho para a transformação, primeiramente micro (âmbito da própria escola), mas com objetivos macro (âmbito social). Acredita-se que o exercício da democracia nas escolas por meio dos órgãos colegiados prepara o aluno para a vida em sociedade, no entanto para Brayner isso não passa de artifício limitadíssimo e que apenas confunde o verdadeiro sentido de democracia.

Estas formas de artificialização da democracia são um desserviço à causa escolar e social e servem, no fundo para duas coisas: banalizar a democracia, através de “conselhos” de eficiência enganosas, sobretudo, identificar democracia com o mito da participação. (BRAYNER, 2002. p.186).

Acredita-se que o uso dos mecanismos democráticos pela gestão reduz a evasão escolar, pois o indivíduo se sente valorizado e parte integrante no desenvolvimento sócio-educacional no âmbito em que está inserido. Assim sendo o presente trabalho tem por objetivo geral a realização de uma investigação da eficácia do projeto de intervenção aplicado pela gestão democrática, na tentativa de diminuir a evasão escolar.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Segundo Neumann (1988) no dia 28 de junho de 85, Sarney “assumindo” o discurso de Tancredo Neves, enviou ao congresso nacional uma emenda Constitucional propondo a elaboração de uma nova constituição para o país, daí começa um ensaio para a democracia a qual foi “concretizada” com a promulgação da mesma em 1988. A democracia surge, a partir de, acontecimentos de cunho não democráticos, pois, a própria posse de Sarney foi, segundo Oliveira (2002, p. 42), o primeiro ato inconstitucional desse novo período, já que o presidente eleito não chegara a ocupar o cargo, o que deveria ter levado à convocação de novas eleições pelo então presidente do Congresso Nacional. Enfatiza Neumann (1988) que apesar de ser dita constituição popular esta foi congressual, ou seja, elaborada pelo congresso, senadores e deputados eleitos em 15/11/86, condição imposta pelo Presidente Sarney, contrariando a maioria que desejava uma constituição exclusiva, novo ato não democrático.

Contra a vontade da maioria da população, que queria uma constituição exclusiva, o Congresso Nacional atendeu ao apelo de Sarney e aprovou a constituinte Congressual. Isto privilegiou a classe política sobre o resto da nação, pois esta teria que mendigar ou forçar espaços, enquanto os políticos teriam o controle sobre tudo o que acontecesse na Constituinte. (NEUMANN, 1988, p.14)

No processo constituinte de 1988 um tema polêmico foi o princípio da gestão democrática da educação que opôs duas posições principais: a primeira, defendida pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, afirmava o princípio da gestão democrática com a participação de toda a comunidade escolar (funcionários, docentes, e estudantes); a segunda, encabeçada pelos privatistas, tentou limitar de

diversos modos essa participação, tanto na forma de composição de seus membros, quanto na qualidade de sua intervenção efetiva. (LIMA e SILVA, p.12)

Nesse período histórico a legislação educacional brasileira passou a incorporar um novo tratamento de linguagem que substituiu a palavra administração pela palavra gestão. Cujo conceito evoluiu através dos anos passando por uma profunda transformação, com o objetivo de alargar e redefinir o conceito de escola. No que diz respeito à gestão educacional e à administração escolar, as reivindicações incidiam principalmente sobre a questão da democratização dos instrumentos de gestão. Segundo Mendonça (2000) a Carta Constitucional de 1988 trouxe uma inovação para o capítulo sobre educação ao incorporar a Gestão Democrática como um princípio do ensino público na forma da lei. Se efetivando somente na lei de Diretrizes e Bases da Educação, Nº 9.394 de 1996, na qual está contemplada a gestão democrática (LDB, 1996, Art.14)

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

MARCO TEÓRICO METODOLÓGICO

Como procedimento metodológico para a realização desse estudo, utilizaremos a pesquisa qualitativa, que segundo Norman K. Denzin (2006) “ consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo.”

Um dos procedimentos utilizados neste processo foi a entrevista do tipo padronizada, na qual o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido, ela se realiza com um formulário elaborado. Teve por objetivo recolher o máximo de informações possíveis sobre o tema abordado.

O conceito de Projeto Político Pedagógico utilizado neste trabalho será o definido por Neves:

É um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Além disso, explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Esta idéia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado (NEVES IN AGUIAR, 1995 p.123).

Entenderemos neste trabalho que a gestão democrática assume na escola parte de alguns pressupostos que fundamentam o pacto democrático, como nos ensina Medeiros (1999). Diz ele que há democracia:

[...] quando o direito a participação em todas as esferas da vida social é efetivamente assegurada a todos os membros da sociedade; quando entre os bens em disputa, inclui-se o exercício do poder ou da autoridade legítima; quando os conflitos se resolvem fundamentalmente pela negociação e pelo voto. (MEDEIROS, 1999, p. 18)

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DADOS

A Escola Municipal Jal Trio está localizada na cidade de Caruaru no agreste pernambucano e é a cidade mais populosa do interior do estado, devido à sua importância regional, também é conhecido por seus habitantes como Capital do Agreste e a Princesinha do Agreste². O ponto central da economia é o comércio, notadamente as feiras livres de confecções. A Feira da Sulanca é outro ponto forte de Caruaru. É conhecida como a maior feira livre do mundo (SANTOS. 2004, p. 82) E maior produtora de confecções do Nordeste é mantida pelo Governo Municipal e Coordenada pela Secretaria de Educação, Juventude, Ciência e Tecnologia.

No início, a escola atendia somente do pré-escolar à 8ª série, com capacidade para 625 alunos, em um total de seis salas de aula, uma quadra esportiva e uma área descoberta. Atualmente a escola possui os seguintes níveis de educação: Ensino fundamental I e II, EJA (noturno) com o auxílio dos programas: ALFA e BETO (PAAI, PAAII), Mais Educação, PROINFO e TV Escola.
²JORNAL VANGUARDA Maio/2011 disponível em: <<http://www.jornalvanguarda.com.br/v2/?pagina=colunas&id=18>>, Acessado em: 19 de maio de 2011.

Quanto ao espaço físico a escola dispõe de oito salas, uma biblioteca, uma quadra esportiva, uma sala de informática (PROINFO), uma sala para secretaria, uma sala para os professores, uma sala para os gestores, uma cozinha, uma despensa um almoxarifado, um banheiro (para professores e funcionários) e um banheiro masculino e um feminino (para alunos).

A clientela da escola municipal Jal Trio é de baixa renda em sua maioria beneficiados do programa Bolsa Família. Alguns alunos filhos de pais separados, presidiários, desempregados, usuários de drogas entre outros conflitos sociais, que acarretam grande impacto negativo ao desempenho escolar dos mesmos.

Sua localização é de fácil acesso, no tocante a entrada de automóveis, no entanto conta com apenas um circular (ônibus) que faz toda área, levando de 50 a 60 minutos em cada volta o que acarreta, por muitas vezes, atrasos dos que freqüentam a referida escola.

O estudo foi realizado no período compreendido de março a maio, teve a duração de 18 dias com período de 2h a cada visita, totalizando 36h. Na investigação foram contempladas 3 pessoas da equipe gestora (diretora, vice-diretora e supervisora) com as quais foram realizadas entrevistas do tipo padronizadas, durante o estudo realizou-se análise documental do PPE, do regimento escolar, análise comparativa dos dados estatísticos dos anos de 2009/2010(Resumo Geral do Desempenho Escolar dos Alunos da Rede Municipal).

PPP - Organização global do trabalho pedagógico. Ou mais um documento a ser engavetado?

Na tentativa de verificar a relação existente na escola Jal Trio entre a gestão (democrática) e a evasão escolar, buscou-se analisar o PPE/PPP da referida escola com o intuito de perceber se o texto do mesmo contempla a questão da evasão escolar, pois considerando que o PPP é um documento que deve nortear toda e qualquer ação necessária a ser tomada na escola, visando o atendimento global da mesma, com todas suas particularidades espera-se que o texto do mesmo tenha uma possível medida a ser tomada no caso da necessidade de intervir positivamente para evitar, ou pelo menos amenizar possíveis problemas. E no caso específico, a evasão. Como afirma Veiga “a escola de qualidade tem obrigação de evitar, de

todas as maneiras possíveis a repetência e a evasão.” (VEIGA. 2004, p.18). Ainda recorrendo a Veiga (p. 15) constatamos a abrangência do PPP quando ela enfatiza:

O projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização de toda a escola e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. [...] o projeto político - pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade. (VEIGA. 2004, p 15)

O PPE da já citada escola concorda com Veiga quando finaliza o texto do seu projeto com a seguinte declaração: “O Projeto Pedagógico-Escolar será o norteador de todas as atividades administrativas, pedagógicas e financeiras que venham acontecer na escola.”(PPE, 2009, p. 26) Acontece que apesar dessa concordância, verificou-se que o mesmo trás uma série de obrigações e deveres que compete a cada profissional dela realizar, como algo que está escrito no documento máximo que é o PPP e não pode ser negligenciado. Nesse encontra-se também toda a ideologia e princípios filosóficos que norteiam a construção e “execução” do mesmo. No entanto, não há nenhuma referência dos atuais projetos desenvolvidos na escola e citam outros que já não faz parte da realidade da mesma.

O projeto pedagógico escolar (PPE) da escola Jal Trio contém 26 páginas incluindo na contagem, a capa. Está organizado em 14 títulos, dos quais, dois estão organizados em subtítulos. Nele não encontramos o que de fato é desenvolvido na escola e o que nele está escrito como algo que deverá nortear todo processo administrativo e pedagógico da escola não só não acontece como é desconhecido por aqueles que a compõem. Uma das discrepância do que está escrito no PPE para o que de fato acontece na escola verifica-se quando é analisado o título **5. OBJETIVO DA ESCOLA subtítulo 5.2 Objetivos Específicos**, que determina ser um dos objetivos específicos:

Sistematizar o uso da sala de leitura (Biblioteca) como instrumento de dinamização dos conteúdos vivenciados em classe e formação de opiniões;

Na verdade nas visitas realizadas pôde-se constatar que a sala de leitura se encontrava desativada desde o ano anterior as investigações, devido a necessidade de reforma no teto, que havia caído destruindo uma pequena parte do acervo. No

entanto, o que se pôde constatar, por meio de conversas informais foi que mesmo antes deste fato esta não tem a utilidade descrita para ela no PPE da escola. Ainda analisando o **subtítulo 5.2 Objetivos Específicos** que especifica a utilidade do PROINFO constata-se nova discrepância. Está determinado como objetivo específico:

Sintonizar o uso do PROINFO com o cotidiano escolar desempenhado pelos professores em sala de aula, inferindo nessa ação conhecimentos produzidos ou coletados e contextualizados em cada disciplina específica ou numa simetria interdisciplinar;

Acontece que o PROINFO da escola Jal Trio não é sequer utilizado pelos professores, menos ainda pelos alunos. Ele funciona como uma sala para reuniões pedagógicas e festivas, onde os profissionais se confraternizam em datas comemorativas, também é lá que as documentação da escola é preparado: digitado, xerocado, postado em blogs e enviado para Secretaria de Educação. E recentemente tem sido usada pelo projeto Mais Educação na aula de cinema. Isso vai de encontro com o que está escrito, no subtítulo acima citado que tem como 8º e último objetivo específico:

Instigar os docentes à pesquisa científica e sua posterior discussão, troca de idéias formação de opiniões e apresentação dos consensos, em sala de aula.

Se esses profissionais não podem fazer uso dos recursos do PROINFO, informática (computador, data show) e internet e tendo em vista que muitos professores não têm em suas casas acesso a estes recursos, nem dispõem de tempo, condição primordial para se realizar uma pesquisa científica fica, mais uma vez, em evidência a não dialética entre a prática (realidade) e o planejamento (realidade ideal) projetado por meio do PPE.

Dificuldades enfrentadas pela gestão, na aplicação do projeto de intervenção.

No Projeto Pedagógico Escolar não havia nenhuma referência a projetos que visassem intervir na evasão escolar, mas, considerando que muito do que era efetivamente realizado na escola não era referido no PPE, assim como o que era, não acontecia na prática buscou-se constatar a existência do mesmo por meio das entrevistas feitas através de perguntas padronizadas que segundo Sellitz (1967): “a

razão para a padronização é assegurar que todas as pessoas entrevistadas respondam à mesma pergunta”.

As pessoas entrevistadas faziam parte da gestão escolar, gestora, gestora adjunta e coordenadora pedagógica, respectivamente identificadas como S1, S2 e S3. Na tentativa de identificarmos alguma proposta da gestão de intervir na evasão escolar realizou-se uma entrevista padronizada esta foi aplicada a S1 Gestora da escola Jal Trio que quando questionada afirmou:

“Bom, uma série de providência poderia ajudar. Na sala de aula o professor poderia tentar ministrar aulas mais dinâmicas. Em casa os pais ou responsáveis se encarregar de fazer com que essas crianças venham de fato para a escola. A nível de gestão, sempre que identificamos esses alunos mandamos, convites aos responsáveis para que este compareça, quando este vem conversamos, lhe informamos sobre as penalidades que estão sujeitos quando seus filhos ficam muito tempo ausente da escola...fazemos referência aos projetos dos governos dos quais são beneficiários, enfim tentamos, as vezes obtemos sucesso mais nem sempre”.

Quando a mesma pergunta é dirigida a S2 Gestora adjunta a resposta obtida é a seguinte:

Na verdade, esse assunto é muito delicado. Há muito o que fazer, mas não sei se surtiria o efeito esperado porque para dar certo seria preciso o envolvimento da família e esta não está muito interessada em nos ajudar. Quando os chamamos e eles comparecem justificam as faltas dos filhos dizendo que a escola é ruim, os professores são chatos, gritam e não dão aulas direito.

Direcionada a pergunta para S3 Coordenadora Pedagógica afirmou::

A escola se depara todos os dias com a massiva ausência do alunado. Como você pode observar estamos localizados num bairro periférico, onde as crianças são oriundas do lar. Estas crianças não têm o que comer, o que vestir, precisam muitas vezes ficar em casa cuidando de irmãos menores para a mãe ir trabalhar. E ainda se sentem inferiores a outras crianças por não terem lanches, materiais escolares e isso as envergonham e afastam da escola... Para você ter uma idéia o leite é entregue na segunda, quarta e sexta, se você verificar o diário de classe vai constatar que algumas crianças só vem para a escola nesses dias...

As respostas apresentaram as variantes que aparentemente são resultado de um trabalho fragmentado, do não conhecimento dos envolvidos das propostas presentes no projeto político escolar ou ainda do próprio PPE e do método

pedagógico assumido pela escola que segundo esse documento no **título 5 OBJETIVOS DA ESCOLA. Subtítulo 5.2 Objetivos específico** é uma gestão democrática voltada a participação coletiva: “Resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, diálogo fundado na reflexão coletiva, promovendo a integração escola x família x comunidade.”(PPE, p.07. 2010). Ainda segundo esse documento no **título 6 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS** sua proposta pedagógica se utiliza do método dialético:

A proposta de trabalho pedagógico consiste no uso do método dialético, cujo objetivo é envolver o educando na aprendizagem significativa dos conteúdos, oferecendo aos mesmos a possibilidade de aprender criticamente o conhecimento científico.

A partir da análise do PPE e, das entrevista não foi possível identificar na escola municipal Jal Trio um projeto de intervenção de forma que será necessário analisar novos dados, documentais e não documentais e assim verificar as dificuldades da gestão em executá-lo.

Reflexos da aplicação do projeto de intervenção

Comparando os dados estatísticos do resultado da matrícula e evasão escolar da escola Jal Trio do biênio 2009/2010, constata-se que há um índice considerável de saída da escola.

No que se refere ao resumo geral do desempenho escolar dos alunos da rede municipal (Escola Jal Trio) verificou-se números idênticos no quantitativo de alunos, na matrícula inicial, transferência recebida, transferência expedida, matrícula final e aprovados, apresentando uma diferença mínima de 3 e 2 nos alunos reprovados e desistentes respectivamente, enfim a análise revela uma incrível semelhança em todos seus resultados, sugerindo que os dados não sejam fieis à realidade.

As tabelas a seguir contêm os dados estatísticos de 2009/2010:

RESUMO GERAL DO DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL

DADOS ESTATÍSTICOS 2009		DADOS ESTATÍSTICOS 2010	
MATRÍCULA INICIAL	804	MATRÍCULA INICIAL	804
TRANSFERÊNCIA	50	TRANSFERÊNCIA	50

RECEBIDA		RECEBIDA	
TRANSFERÊNCIA EXPEDIDA	39	TRANSFERÊNCIA EXPEDIDA	39
MATRÍCULA FINAL	815	MATRÍCULA FINAL	815
APROVADOS	485/59%	APROVADOS	485/- %%
REPROVADOS	105/13%	REPROVADOS	102/-%
DESISTENTES	227/28%	DESISTENTES	229/-%

O documento, do ano de 2010 analisado não apresenta porcentagem de aprovados, reprovados e desistentes, no entanto, uma vez que os números são basicamente os mesmos a porcentagem também será bem próxima da apresentada no ano de 2009.

Em razão da ausência de uma gestão democrática, como era de se esperar, não há sinal de efetivação de projeto de intervenção. Este foi negado na análise do PPE, nas entrevistas e como não podia ser diferente foi negado mais uma vez na análise dos dados estatísticos que não apresenta diferenças do ano de 2009 para o ano de 2010.

FINALIZANDO...

A investigação realizada revelou um universo bastante diverso do qual se pretendeu descobrir e mais ainda, do descrito e previsto no PPE da escola Jal Trio. Este não contempla em seu texto assuntos de suma importância como é o projeto de intervenção para a aprendizagem, evasão, violência física e psicológica (bullyng), enfim constatou-se a inexistência de qualquer projeto que atenda a real e atual necessidade da escola.

As entrevistas, e as conversas informais deixam claro que os funcionários desconhecem o que está proposto no PPE da escola, quando não desconhecem a existência do próprio documento. Negam sua participação na elaboração do mesmo e desconhecem a gestão como democrática. Ressaltam que os que a compõem estão “presos” eles têm que obedecer e fazer com que os demais obedeçam a

ordens que recebem da Secretaria de Educação, esta por sua vez, também não está fazendo algo diferente do que obedecer ordens de uma instância maior.

De forma que a hipótese inicial de que o uso dos mecanismos democráticos pela gestão, reduz a evasão escolar, fazendo com que o indivíduo sinta-se valorizado e perceba-se como parte integrante no desenvolvimento sócio-educacional no âmbito ao qual está inserido não pode ser verificada menos ainda comprovada, pois, a gestão da escola Jal Trio é uma gestão não democrática. Essa não só não promove ações que garanta ao indivíduo sentimento de pertença como revela em suas ações a participação mecânica destes indivíduos e de todos os outros, pais, professores e a comunidade como um todo revelando-se um espaço não democrático e possui, como já foi dito uma gestão também não democrática.

Nessa instância que deveria ser um espaço coletivamente construído, com a prevalência do diálogo da socialização e troca de experiências entre os que a compõem, alunos, pais, professores, equipe gestora, enfim toda a comunidade escolar como é defendido no PPE da referida escola, seus sujeitos não passam de mero executores de planos de curso, planos de aula e projetos, que muitas vezes são elaborados fora do contexto da escola por pessoas também fora desse contexto.

Enfim verifica-se na análise documental do PPE e dos dados estatísticos, nas entrevistas padronizadas e nas, informais, a inexistência de qualquer projeto de intervenção, seja esse elaborado ou não pela gestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Etnografia da Prática Escolar**, 2ª Ed. Campinas: Papirus, 1998.

BIZERRA, Maria da Conceição. AGUIAR, Maria da conceição Carrilho de. IN: **Revista de Administração Educacional**. V. 1, nº 3, jan./jun., 1999. – Recife: Universidade Federal de Pernambuco / CE / Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional, Centro de Educação: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96** – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

DENZIN, Norman K. {et. al}. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens**. Porto Alegre: Ertmed, 2006.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar. Políticas, estruturas e organização**. 4º Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Alceni Alves de. SILVA Isabelle Fiorelli. **Gestão democrática, um desafio frente aos conflitos da realidade escolar**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1857-8.pdf?PHPSESSID=2010092909585669>>. Acesso em: 19 maio. 2011.

MEDEIROS, Mário. IN: **Revista de Administração Educacional**. V. 1, nº 3, jan./jun., 1999. – Recife: Universidade Federal de Pernambuco / CE / Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional, Centro de Educação: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

NEUMANN, Laurício. IN: **Mundo Jovem: Constituição - O jeitinho para deixar tudo como está**. Porto Alegre, Ano XXVI, nº195, p. 14. Mar./88.

SANTOS, Maria do Socorro Ferreira dos. & Graduandos do Curso de Turismo da FAVIP. **Psicologia organizacional e turismo: uma parceria necessária**. VEREDAS FAVIP, Caruaru, Vol. 1, n. 01, p. 79–88, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://veredas.favip.edu.br/index.php/veredas/article/view/10/9>>. . Acesso em: 19 maio. 2011.

SOUSA, Rainer . **Democracia e Populismo**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/democracia-populismo.htm>>, acesso em: 26 de abril. de 2011.

JORNAL VANGUARDA. **Vinte e seis dias de festa, visibilidade e lucros**. Disponível em: <<http://www.jornalvanguarda.com.br/v2/?pagina=colunas&id=18>>. Acesso em: 19 de maio de 2011.

APÊNDICE

Grelha de dados com as perguntas realizadas e as respostas obtidas nas entrevistas.

PERGUNTAS	RESPOSTAS		
	S1	S2	S3
1ª) Quais fatores que julga importante no combate a evasão escolar?	<p>Bom, uma série de providência poderia ajudar. Na sala de aula o professor poderia tentar ministrar aulas mais dinâmicas. Em casa os pais ou responsáveis se encarregar de fazer com que essas crianças venham de fato para a escola. A nível de gestão, sempre que identificamos esses alunos mandamos, convites aos responsáveis para que este compareça, quando este vem conversamos, lhe informamos sobre as penalidades que estão sujeitos quando seus filhos ficam muito tempo ausente da escola...fazemos referência aos projetos dos governos dos quais são beneficiários, enfim tentamos, as vezes obtemos sucesso mais nem sempre”.</p>	<p>Na verdade, esse assunto é muito delicado. Há muito o que fazer, mas não sei se surtiria o efeito esperado porque para dar certo seria preciso o envolvimento da família e esta não está muito interessada em nos ajudar. Quando os chamamos e eles comparecem justificam as faltas dos filhos dizendo que a escola é ruim, os professores são chatos, gritam e não dão aulas direito.</p>	<p>A escola se depara todos os dias com a massiva ausência do alunado. Como você pode observar estamos localizados num bairro periférico, onde as crianças são oriundas do lar. Estas crianças não têm o que comer, o que vestir, precisam muitas vezes ficar em casa cuidando de irmãos menores para a mãe ir trabalhar. E ainda se sentem inferiores a outras crianças por não terem lanches, materiais escolares e isso as envergonham e afastam da escola... Para você ter uma idéia o leite é entregue na segunda, quarta e sexta, se você verificar o diário de classe vai constatar que algumas crianças só vem para a escola nesses dias...</p>
2ª) Que ações a escola promove ao detectar que deter-	<p>Bem quando nos é passado pelo professor, que o aluno</p>	<p>A Direção promove reuniões com os pais, na qual tem</p>	<p>Em primeiro lugar o professor se encarrega de</p>

<p>minado aluno não comparece a instituição para o cotidiano escolar?</p>	<p>não está comparecendo, chamamos os responsáveis para conversarmos. Se continuar com o mesmo problema, convocamos novamente sua presença e fazemos referência ao conselho tutelar e aos benefícios pagos pelo governo como o bolsa família.</p>	<p>como pauta as implicações para seus filhos e para eles mesmos, o não comparecimento desse aluno na escola. Ressaltamos a importância de sua presença para que aconteça de fato um aprendizado significativo, o que não é possível com ele estando ausente.</p>	<p>estabelecer contato com o responsável buscando saber o motivo da ausência do aluno e explicar a necessidade que este compareça as aulas, não resolvendo agendamos reuniões com as turmas que apresenta um maior número de faltosos, nesta pontuamos as diversas implicações, para a turma, a escola e para os responsáveis da criança, resultantes das faltas dos mesmos. Ainda assim não resolvendo, os responsáveis são chamados pela direção e assinam um documento, preparada pela escola, se comprometendo com a volta dessa criança as aulas.</p>
---	---	---	--